

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

ARTUR SCHMITZ SOUZA

**A armadilha da subsistência na era da automação
Um estudo sobre a sustentabilidade financeira e o futuro do trabalho**

Florianópolis

2026

Artur Schmitz Souza

A armadilha da subsistência na era da automação
um estudo sobre a sustentabilidade financeira e o futuro do trabalho

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD7305 como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Enfoque: Monográfico – Artigo
Área de concentração: Gestão de Pessoas
Orientador(a): Prof. Dr. Mauricio Fernandes Pereira

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

Schmitz Souza, Artur

A armadilha da subsistência na era da automação : Um estudo sobre a sustentabilidade financeira e o futuro do trabalho / Artur Schmitz Souza ; orientadora, Mauricio Fernandes Pereira, 2026.

36 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Automação do Trabalho. 3. Sociedade do Desempenho. 4. Inteligência Artificial. I. Fernandes Pereira, Mauricio . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Artur Schmitz Souza

A armadilha da subsistência na era da automação: um estudo sobre a sustentabilidade financeira e o futuro do trabalho.

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de junho de 2026.

Avaliadores:

Prof.^a Cindy Johanna Ibarra González, Dr.^a
Coordenadora de Trabalho de Curso



Documento assinado digitalmente
MAURICIO FERNANDES PEREIRA
Data: 07/07/2026 18:42:21-0300
CPF: ***.563.279-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Maurício Fernandes Pereira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Marino Costa, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcos Baptista Lopez Dalmau, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre o modelo de autoexploração característico da sociedade do desempenho e a manutenção da dependência financeira do jovem profissional brasileiro, projetando os riscos de exclusão decorrentes da automação por Inteligência Artificial. A pesquisa é qualitativa de natureza exploratória, combinando revisão bibliográfica integrativa e pesquisa documental sistemática com base em relatórios institucionais de organizações nacionais e internacionais. Os resultados demonstram que a autoexploração, o ciclo de subsistência, a terceirização da pressão organizacional e a exposição desigual à automação constituem elos de um mesmo encadeamento estrutural. O jovem brasileiro de 18 a 29 anos, inserido em vínculos precários e desprovido de reservas financeiras, é simultaneamente o mais exposto ao deslocamento tecnológico e o menos equipado estruturalmente para responder a ele. Conclui-se que a resiliência frente à automação exige abordagem integrada nas dimensões técnica, econômica e psicopolítica, e que a narrativa do reskilling individual, ao transferir ao trabalhador a responsabilidade por uma adaptação estruturalmente inviabilizada, reproduz a lógica fundamental da sociedade do desempenho.

Palavras-chave: Sociedade do desempenho. Autoexploração. Automação por inteligência artificial. Juventude brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between the self-exploitation model characteristic of the performance society and the maintenance of financial dependence among young Brazilian professionals, projecting the risks of exclusion arising from Artificial Intelligence automation. The research is qualitative and exploratory in nature, combining integrative bibliographic review and systematic documentary research based on institutional reports from national and international organizations. Results demonstrate that self-exploitation, the subsistence cycle, the outsourcing of organizational pressure, and unequal exposure to automation constitute links in the same structural chain. Young Brazilians aged 18 to 29, employed in precarious contracts and lacking financial reserves, are simultaneously the most exposed to technological displacement and the least structurally equipped to respond to it. The study concludes that resilience in the face of automation requires an integrated approach across technical, economic, and psychopolitical dimensions, and that the individual reskilling narrative, by transferring to the worker the responsibility for a structurally unviable adaptation, reproduces the fundamental logic of the performance society.

Keywords: Performance society. Self-exploitation. Artificial intelligence automation. Brazilian youth.

1 INTRODUÇÃO

A transformação tecnológica em curso altera, em ritmo e escala sem precedentes históricos, as condições de organização do trabalho e as relações entre empregadores e trabalhadores. Estima-se que 39% das competências exigidas no mercado de trabalho precisarão mudar até 2030 (WEF, 2025). Esse processo, contudo, não pode ser compreendido apenas por suas dimensões técnicas. No campo das organizações e da gestão, ele coincide com uma mudança estrutural mais profunda, identificada por Han (2015): a transição da sociedade disciplinar — em que o poder operava pela proibição, pela vigilância externa e pela punição — para a sociedade do desempenho, em que o controle migrou para a subjetividade do trabalhador. Nesse paradigma, a ausência de restrições externas não produz liberdade: produz uma cobrança internalizada por produtividade que o sujeito experimenta como desejo próprio, tornando-se simultaneamente explorador e explorado de si mesmo.

Ao internalizar a pressão por resultados e o desejo de status, amplificado pela visibilidade das redes sociais (Kaplan, 2025), o jovem profissional dispensa o supervisor externo: ele mesmo exerce essa função sobre si. As consequências para a saúde mental são documentadas: 31,6% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil apresentam diagnóstico de transtorno de ansiedade, o maior índice entre todos os grupos etários do país (Vital Strategies; UFPel, 2023). O esgotamento produzido por essa estrutura não é acidente, mas produto previsível de um modelo de gestão fundado na transferência da pressão ao trabalhador.

A esses fenômenos articula-se a consolidação de um padrão de dependência financeira estrutural, denominado neste artigo ciclo de subsistência. O trabalhador que emprega toda a sua capacidade produtiva e sua renda para manter um padrão de vida básico e retornar ao trabalho no ciclo seguinte encontra-se preso num encadeamento de três condições mutuamente reforçadas: a baixa remuneração frente ao custo de vida produz esgotamento; o esgotamento induz ao consumo compensatório como mecanismo de regulação emocional (Han, 2015b); e o consumo compensatório absorve o recurso que permitiria iniciar um processo de acumulação (Meliakova et al., 2021). O rompimento dessa dependência enfrenta obstáculos sistêmicos significativos não por insuficiência de esforço individual, mas pelas condições estruturais que reforçam o ciclo (Galvão et al., 2022).

O advento da automação por inteligência artificial intensifica esse quadro por um mecanismo específico. Ao contrário de ondas anteriores de automação, que incidiram predominantemente sobre tarefas físicas repetitivas, sistemas baseados em aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural passaram a executar funções cognitivas de baixa e média complexidade, precisamente aquelas que compõem o campo de entrada no mercado de trabalho. Khan et al. (2024) demonstram que a população jovem está desproporcionalmente exposta ao risco de deslocamento tecnológico por dois vetores convergentes: a concentração em funções de alta substituíbilidade e a ausência de reservas financeiras e de qualificação para suportar uma transição de carreira. Para o jovem que já opera no limite da subsistência, a substituição tecnológica não representa apenas risco ocupacional, representa ameaça de exclusão irreversível do mercado formal.

O desemprego entre jovens de 18 a 29 anos no Brasil atinge 25,8%, índice superior ao dobro da taxa observada na população adulta, concentrado majoritariamente em vínculos precários, sem proteção social ou perspectiva de progressão (Galvão et al., 2022). Shirasu e Arraes (2019), em análise publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstram que a parcela de jovens que não estuda nem trabalha — os chamados NEET (Not in Education, Employment or Training) ou “nem-nem” (Nem estudam, nem trabalham) — expressa, em sua maioria, não inércia, mas resposta racional a um ambiente em que os retornos esperados não compensam os custos de oportunidade em contextos de extrema vulnerabilidade. Estimativas do McKinsey Global Institute (2017) indicam que aproximadamente 14% da força de trabalho brasileira, cerca de 16 milhões de postos, estão em risco de deslocamento por automação até 2030. Esse quadro define o terreno sobre o qual os impactos da automação por IA incidirão de forma mais severa.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre o modelo de autoexploração na sociedade do desempenho e a manutenção da dependência financeira, projetando os riscos de exclusão do jovem profissional brasileiro ante a automação do trabalho por Inteligência Artificial. Para tanto, a pesquisa se propõe a: (I) identificar os mecanismos de gestão que incentivam a autoexploração; (II) descrever o impacto do ciclo de subsistência na autonomia financeira; (III)

investigar as motivações estratégicas das organizações nessa terceirização da pressão; e (IV) projetar cenários de resiliência frente à IA.

O artigo está organizado da seguinte forma. A seção 2 desenvolve a fundamentação teórica em quatro subseções: a transição para a sociedade do desempenho e seus mecanismos de autoexploração (2.1); o ciclo de subsistência na juventude brasileira e suas determinações estruturais (2.2); os modelos de gestão e a terceirização da pressão organizacional (2.3); e os impactos da Inteligência Artificial sobre o jovem trabalhador e as dimensões da resiliência (2.4). A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados. A seção 4 apresenta os resultados e a análise à luz da fundamentação teórica. A seção 5 reúne as conclusões, suas implicações para políticas públicas e organizacionais e as limitações do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A sociedade do desempenho

A análise desenvolvida neste artigo parte de uma mudança estrutural que distintas tradições da teoria crítica contemporânea convergem em identificar: a substituição das formas externas de controle do trabalho por mecanismos de autocobrança internalizados pelo próprio trabalhador. Byung-Chul Han (2015b) denomina essa transformação como a transição da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho; Dardot e Laval (2016), a partir da economia política foucaultiana, descrevem o mesmo processo como a constituição do neossujeito neoliberal, governado pela lógica da empresa de si; Antunes (2018), da perspectiva da sociologia do trabalho brasileira, identifica nessa dinâmica a matriz estrutural da uberização e do novo proletariado de serviços na era digital. A convergência entre tradições analíticas distintas sugere que se trata de processo real de transformação da subjetividade sob o capitalismo neoliberal. A análise que se segue privilegia o referencial de Han (2015) por sua precisão conceitual sobre os mecanismos psíquicos desse processo, articulando-o com as demais tradições nos pontos em que cada uma acrescenta dimensão analítica específica

Na sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault (2008), o poder operava pela negatividade: proibições, horários fixos de trabalho e punições claras aos desobedientes. O trabalhador era vigiado, corrigido e disciplinado por uma força externa identificável: O patrão, o Estado, a fábrica. A resistência era possível porque o antagonismo tinha rosto e endereço.

Contudo, segundo Han (2015b) esse modelo entrou em colapso: a sociedade atual não opera mais pela negatividade, mas pelo excesso de positividade. Em vez do imperativo disciplinar do "você não pode", o capitalismo neoliberal institui o imperativo afirmativo — o "você pode tudo, nada é impossível" —, pelo qual a coerção não se impõe ao sujeito de fora, mas se instala em sua subjetividade como projeto de vida e como desejo próprio.

O sujeito do desempenho, imerso nessa narrativa, não é mais submetido, submete-se voluntariamente, convencido de que a pressão que experimenta é expressão do próprio desejo (Han, 2015b; Bayrakçı; Solmaz, 2026).

“O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos.” (Han, 2017, p. 30)

Essa retórica de liberdade é o mecanismo central pelo qual a autoexploração se institucionaliza nas organizações contemporâneas, segundo Bayrakçı e Solmaz (2026). A promessa do crescimento individual, amplificada pelas redes sociais e pelos influenciadores de produtividade, converte a compulsão de desempenho em projeto de vida. O trabalhador não trabalha demais porque é obrigado: trabalha demais porque quer, porque acredita que é o caminho para a realização.

As plataformas digitais e redes sociais são o espaço em que essa autoexploração se torna pública, mensurável e comparável (Kaplan, 2025). Quando um jovem posta sua rotina de produtividade no Instagram, vangloriando-se de seus resultados e esforços, está simultaneamente sofrendo o efeito da Sociedade do Desempenho e reproduzindo-o para outros, tornando-se vetor de sua própria perpetuação.

Enquanto Foucault (2008) descreveu o poder disciplinar como atuando sobre os corpos, organizando-os no espaço (a fábrica, a escola, o quartel), regulando seus tempos, normalizando seus comportamentos, Han (2015b) argumenta que o capitalismo neoliberal operou uma mutação: o controle migrou do corpo para a psique.

Esse conceito — denominado psicopolítica por Han (2015b) — descreve uma forma de poder em que o controle não opera pela vigilância espacial, mas pela colonização do desejo. As organizações contemporâneas não precisam mais vigiar o trabalhador externamente: ao moldar seus desejos, garantem que ele trabalhe voluntariamente, em qualquer horário e em qualquer lugar, convicto de que o faz por escolha própria.

Esse arranjo é o que Alphin e Debrix (2023) denominam "biopolítica no reino psíquico": em vez de controlar o que o sujeito faz, o poder neoliberal controla o que o sujeito quer. A psicopolítica opera pelo consentimento e por isso é estruturalmente mais eficiente e mais difícil de contestar do que qualquer forma anterior de exploração.

A diagnose de Han (2015b) encontra respaldo em tradição analítica distinta. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo opera como racionalidade global que estende a lógica da concorrência a todas as esferas da vida, produzindo o que os autores denominam neossujeito: um indivíduo que passa a se governar como uma empresa, concebendo sua existência — trajetória profissional, relações, saúde, qualificação — como capital a ser continuamente valorizado. A lógica da empresa de si implica que o sujeito assuma como projeto próprio os critérios de avaliação que o mercado lhe impõe, tornando-se responsável não apenas pelo seu desempenho, mas pelos fracassos resultantes de condições que ele não controla (Dardot; Laval, 2016). Onde Han (2015b) descreve o imperativo afirmativo do "você pode tudo", Dardot e Laval (2016) descrevem o homem neoliberal como aquele "inteiramente imerso na competição mundial" que naturalizou essa concorrência como horizonte inevitável da existência. As duas análises identificam o mesmo mecanismo por vias distintas: o poder neoliberal não precisa coagir o sujeito porque produziu um sujeito que se autocoage.

Kergel (2022) traça uma genealogia histórica em três fases:

Quadro 1

Fase	Contexto
Fase 1 — O trabalhador fordista (1920-1970)	Obedece ordens, trabalha em turnos fixos, troca tempo por salário. A exploração é visível: o patrão manda, o operário executa. A resistência coletiva (sindicatos) é possível porque o conflito é claro.
Fase 2 — O trabalhador toyotista (1970-2000)	É convidado a "participar" da empresa. Sistemas de sugestão, círculos de qualidade, trabalho em equipe. Começa a internalizar os objetivos da empresa como seus. A fronteira entre interesse pessoal e interesse corporativo começa a se dissolver.
Fase 3 — O trabalhador empreendedor de si (2000-hoje)	É uma “empresa de um”. Tem CNPJ (PJ), portfólio, marca pessoal, seguidores. Gere a si mesmo, seus horários, sua saúde, seu desenvolvimento. Quando fracassa, culpa-se. A exploração não tem endereço, ela mora dentro dele.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Kergel (2022).

A genealogia traçada por Kergel (2022) revela que a sociedade do desempenho não é um fenômeno recente nem acidental: é o resultado de uma transformação histórica em que o controle externo foi progressivamente substituído pela autocobrança interiorizada. Quando o trabalhador “empreendedor de si” fracassa, não há estrutura a responsabilizar, há apenas um sujeito que avalia não ter se esforçado o suficiente. Essa invisibilização da exploração constitui, ao mesmo tempo, o mecanismo mais eficiente de controle produzido pelo capitalismo neoliberal e a condição que torna o ciclo de dependência financeira sistematicamente opaco para quem o experimenta.

2.2 O ciclo de subsistência na juventude brasileira

Galvão, Krein e Teixeira (2022) identificam que os vínculos disponíveis à juventude brasileira concentram-se majoritariamente em modalidades precárias: informalidade, contratos temporários e jornadas parciais sem proteção social. É nesse terreno que a transição descrita por Han (2015b), da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho, produz seus efeitos mais severos: o imperativo da

autoexploração incide sobre um sujeito que não dispõe das condições materiais mínimas para reconhecê-lo ou resistir a ele.

O conceito que articula essa análise é o de ciclo de subsistência, elaborado neste trabalho a partir das contribuições de Han (2015b), Galvão, Krein e Teixeira (2022) e Meliakova et al. (2021). Trata-se de um encadeamento em que a remuneração insuficiente inviabiliza a poupança, a ausência de reservas obriga ao retorno imediato ao trabalho exaustivo, e o esgotamento acumulado induz ao consumo compensatório que absorve o recurso residual disponível, reiniciando o ciclo. O que confere especificidade a esse encadeamento não é a novidade de cada elemento tomado isoladamente, mas a forma como eles se condicionam mutuamente, bloqueando saídas que seriam possíveis se qualquer uma das condições fosse diferente.

Figura 1 — Ciclo de Subsistência.



Fonte: elaborado pelo autor com base em Han (2015), Galvão, Krein E Teixeira (2022) e Meliakova et al. (2021).

A remuneração inadequada frente ao custo de vida é um fenômeno estrutural, não circunstancial (Galvão et al., 2022; Nazzari; Silva, 2023). Galvão et al. (2022) documentam que o desemprego entre jovens brasileiros atinge 25,8%, índice superior ao dobro da taxa observada na população adulta, e que os vínculos disponíveis a essa faixa etária concentram-se majoritariamente em modalidades precárias: trabalho informal, contratos temporários, jornadas parciais sem proteção social e sem perspectiva de progressão.

O consumo compensatório emerge como resposta ao cruzamento de esgotamento e frustração. Han (2015b) demonstra que a sociedade do desempenho produz um sujeito cronicamente exausto não pelo excesso de trabalho em si, mas pela exigência de manter-se permanentemente motivado, disponível e otimizado. Quando esse esgotamento se combina com uma remuneração que não permite avanço, a busca por gratificações imediatas e acessíveis passa a funcionar como mecanismo de regulação emocional diante de um sofrimento psíquico persistente. O problema não está na existência desse consumo, mas em sua consequência: ele absorve exatamente o recurso residual que, de outra forma, poderia iniciar um processo de acumulação (Meliakova et al., 2021).

Sem poupança e sem acesso a instrumentos de crédito em condições não predatórias, qualquer interrupção na renda assume caráter crítico: doença, desligamento ou necessidade de afastamento para qualificação representam, para o jovem sem reservas, risco concreto de desestabilização da subsistência imediata. Nesse sentido, o ciclo não é apenas econômico: é também cognitivo. Um sujeito sob pressão constante de subsistência toma decisões orientadas pelo curto prazo não por irracionalidade, mas porque o médio e o longo prazo tornaram-se categorias abstratas demais para orientar a ação concreta (Han, 2015b; Bayrakçı; Solmaz, 2026). O ciclo fecha nesse ponto: é a ausência de reservas que reconduz ao trabalho imediato e perpetua o esgotamento.

A caracterização empírica do ciclo de subsistência exige um recorte preciso sobre o jovem brasileiro de 18 a 29 anos: as condições em que essa faixa etária experimenta a tensão entre o imperativo do desempenho e a impossibilidade estrutural de sua realização são documentadas por Marques (2020) e Nazzari e Silva (2023) como produto de uma posição estrutural específica no mercado de trabalho contemporâneo, não de escolhas individuais.

A oscilação entre empregos informais, períodos de desemprego e vínculos temporários, sem nunca alcançar a estabilidade que permitiria construir trajetórias autônomas, é o que Marques (2020) denomina "fronteira do mercado de emprego". A contribuição central de Marques está na recusa de tratar essa condição como fase transitória: para parcela significativa da juventude brasileira, a precariedade não é o caminho para a estabilidade, mas o destino em si.

Essa condição tem morfologia específica no trabalho brasileiro contemporâneo. Antunes (2018) demonstra que a uberização não é apenas um modelo de negócio: é o mecanismo pelo qual relações de assalariamento são sistematicamente reconfiguradas como empreendedorismo, de modo que o trabalhador perde direitos, proteção previdenciária e estabilidade, mas recebe em troca a designação de "parceiro" ou "colaborador" — nomenclatura que mascara, sob a aparência da autonomia, uma condição de exploração intensificada. Para Antunes (2018), "os direitos desaparecem, porque se desvanece a figura do trabalhador ou da trabalhadora, e se faz aflorar a falsa ideia de um empreendedor, de um PJ". O jovem do novo proletariado de serviços executa funções de baixa complexidade cognitiva em jornadas extenuantes, sem qualquer colchão de proteção: o esgotamento não é subproduto acidental de um modelo ineficiente, mas resultado esperado de uma estrutura que extrai o máximo da capacidade produtiva sem criar as condições mínimas para a acumulação.

Mesmo entre jovens formalmente empregados, a dependência financeira persiste como condição estrutural. Nazzari e Silva (2023) demonstram que a equação é simples na forma, mas severa nas consequências: salários insuficientes para cobrir moradia, transporte e alimentação deixam margem zero para qualquer forma de poupança ou investimento em qualificação.

Shirasu e Arraes (2019), em análise publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), oferecem uma contribuição que contesta a leitura moralizante frequentemente associada ao fenômeno dos jovens "nem-nem", aqueles que não estudam nem trabalham. Os autores demonstram, por meio de modelagem econométrica, que a decisão de abster-se do mercado de trabalho e do sistema educacional não é expressão de inércia ou desinteresse: é resposta racional de sujeitos que calculam, ainda que intuitivamente, que os retornos esperados não compensam os custos de oportunidade em contextos de extrema vulnerabilidade.

Han (2015) e Bayrakçı e Solmaz (2026) demonstram que a sociedade do desempenho opera um mecanismo pelo qual problemas estruturais são sistematicamente reinterpretados como responsabilidade individual, neutralizando o questionamento coletivo das condições que os produziram. O jovem que não consegue acumular capital, que oscila entre vínculos precários e períodos de desemprego, é pressionado pelas redes sociais, pelos discursos de desenvolvimento pessoal e pelas métricas de desempenho

organizacional a concluir que seu fracasso é consequência de insuficiente dedicação ou de escolhas equivocadas.

A visão individualista do fracasso financeiro não resiste ao diálogo entre Han (2015b), Galvão, Krein e Teixeira (2022) e Meliakova et al. (2021). A vulnerabilidade do jovem brasileiro é produto de marcas históricas que tornam a precariedade uma característica estrutural do mercado de trabalho: industrialização tardia e desigualdade na distribuição de capital humano que condicionam as trajetórias antes mesmo de qualquer escolha individual (Galvão et al., 2022). Sobre esse terreno, a autoexploração produz um efeito que Han (2015b) documenta com precisão: a fadiga cognitiva compromete a capacidade de planejamento, tornando o longo prazo uma categoria inacessível ao sujeito cronicamente exausto. O consumo compensatório, nesse contexto, não é irresponsabilidade; segundo Meliakova et al. (2021), é o mecanismo pelo qual o sujeito busca no consumo o alívio para a demanda incessante de performance.

2.3 Modelos de gestão e a terceirização da pressão

Empresas não são agentes passivos que se adaptam às transformações culturais da Sociedade do Desempenho. São atores racionais que identificaram, desenvolveram e institucionalizaram modelos de gestão que transferem ao trabalhador a responsabilidade pelo desempenho, os custos do fracasso e os riscos da operação, enquanto retêm, de forma crescentemente concentrada, os lucros e o poder decisório (Ezzamel; Willmott; Worthington, 2008). A terceirização da pressão opera como estrutura funcional do capitalismo contemporâneo: reduz os custos de supervisão direta enquanto intensifica a extração de produtividade.

Para compreender por que os modelos de gestão contemporâneos sistematicamente incentivam a autoexploração, é necessário examinar como a narrativa de 'cultura organizacional' afasta do foco analítico a transferência de pressão ao trabalhador: fazer o trabalhador gerenciar a si mesmo é economicamente mais eficiente do que supervisioná-lo diretamente.

Ezzamel, Willmott e Worthington (2008) documentaram como a ascensão da lógica do *shareholder value*, como pilar principal da gestão empresarial, transformou

radicalmente a estrutura das empresas a partir da década de 1980. Sob pressão dos mercados financeiros por retornos crescentes e previsíveis, as organizações eliminaram níveis hierárquicos intermediários, substituíram contratos de longo prazo por vínculos flexíveis e transferiram ao trabalhador a responsabilidade pelo próprio desempenho. O resultado foi uma equação eficiente, apresentando redução dos custos de supervisão sem redução da extração de produtividade, possível porque o trabalhador que internalizou os objetivos da empresa dispensa o supervisor externo: ele próprio executa essa função.

Pérez-Zapata e Pascual (2016) nomearam a consequência paradoxal desse arranjo: o paradoxo da autonomia. Organizações que oferecem mais autonomia formal produzem, na prática, trabalhadores mais intensamente controlados e mais sobrecarregados do que em modelos de supervisão direta. Quando a responsabilidade pelo resultado é inteiramente transferida ao trabalhador, sem que sejam transferidos os recursos e o poder decisório correspondentes, a autonomia deixa de ser condição de liberdade e torna-se dispositivo de intensificação. O trabalhador "livre" trabalha mais, vigia-se mais e culpabiliza-se mais, e o faz sem perceber que essa intensidade não é expressão de seu compromisso pessoal, mas produto de um design organizacional deliberado.

Essa lógica articula-se diretamente com o conceito de sujeito de desempenho descrito por Han (2015b): a empresa não precisa impor a pressão externamente porque o trabalhador, formado na retórica da responsabilidade individual e do crescimento pessoal, a impõe a si mesmo. Essa articulação entre estratégia organizacional e subjetividade produzida pela sociedade do desempenho não é coincidência: é a condição de possibilidade do modelo (Kergel, 2022; Bayrakçı; Solmaz, 2026).

Essa estratégia corporativa alcança sua expressão mais avançada na gestão algorítmica. Zuboff (2019) identifica, nas plataformas digitais, uma forma de controle que não se limita a transferir pressão ao trabalhador: extrai o seu comportamento como matéria-prima. Os dados gerados a cada decisão, cada rota recusada, cada avaliação recebida e cada pausa registrada são processados em tempo real para criar modelos preditivos que, por sua vez, moldam o comportamento futuro. Segundo Zuboff (2019, p. 15) “o capitalismo de vigilância [...] transforma a experiência humana em commodities”. Nesse arranjo, o trabalhador não negocia com um interlocutor humano

identificável, responde a um sistema cujas decisões sobre preços, penalidades e recompensas carecem de transparência.

Armano, Leonardi e Murgia (2022) documentam essa dinâmica nas plataformas de entrega por aplicativo, paradigmáticas por combinar controle integral com discurso de autonomia. O trabalhador possui liberdade nominal de horário e, por isso mesmo, é designado "parceiro" ou "empreendedor", nunca empregado. Entretanto é avaliado de forma contínua por métricas de aceitação de pedidos, tempo de entrega e avaliação do cliente. Não há supervisor humano identificável: há um algoritmo que penaliza comportamentos indesejados de forma automática e opaca. Os autores denominam esse arranjo de neo-taylorismo digital: a reconfiguração do controle científico do trabalho em que a disciplina não é imposta pelo cronômetro do engenheiro, mas pela pontuação de um sistema.

Konjen (2025) sistematiza as implicações: a gestão algorítmica reduz simultaneamente a autonomia real e a transparência decisória, ao mesmo tempo em que intensifica a carga subjetiva sobre o trabalhador. O sujeito penalizado não sabe por quê, não dispõe de interlocutor e tende a culpar a si mesmo por desempenho insuficiente. Moradi, Levy e Cheyre (2024) adicionam o conceito de pseudo-automação: tecnologias que não substituem tarefas, mas as redistribuem para trabalhadores mais baratos ou para o próprio cliente, mantendo a ameaça da substituição tecnológica como mecanismo disciplinar. A automação, nesse sentido, não precisa se realizar para exercer poder, basta ser plausível.

2.4 Impactos da Inteligência Artificial e a Resiliência do Trabalhador

É sobre o jovem brasileiro, sujeito já vulnerável pelas condições descritas anteriormente, que os impactos da automação por Inteligência Artificial incidem com maior severidade. Compreender esse impacto exige, portanto, abandonar a narrativa puramente tecnológica sobre a IA e situá-la em seu contexto: um contexto de desigualdades estruturais que determina quem tem condições de atravessar a transição e quem corre risco de exclusão irreversível. (Han, 2015b; Galvão et al., 2022).

Ondas de automação não são novidade na história do trabalho. A industrialização substituiu o trabalho artesanal, a mecanização substituiu o trabalho

rural, a informatização substituiu o trabalho administrativo de baixa complexidade. Em cada caso, a narrativa dominante foi semelhante: os empregos deslocados seriam compensados pela criação de novas funções em setores emergentes. Essa narrativa, ainda que fizesse sentido nos contextos passados, encontra na automação por Inteligência Artificial um desafio que a torna insuficiente para orientar o presente. (Konjen, 2025; Khan et al., 2024)

A ruptura qualitativa da IA em relação às automações anteriores está na natureza das funções que passa a executar. Sistemas de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural não concorrem apenas com trabalho físico repetitivo, concorrem com funções cognitivas de baixa e média complexidade: triagem e síntese de informações, atendimento ao cliente, elaboração de textos padronizados e análise de padrões em dados estruturados. Precisamente as funções que compõem o campo de entrada no mercado de trabalho, aquelas acessíveis a jovens sem experiência acumulada e com qualificação formal básica. (Singh, 2025; Ersanli et al., 2025).

Khan et al. (2024) documentam que a população jovem está desproporcionalmente exposta ao risco de deslocamento por dois vetores que se reforçam mutuamente.

1. A concentração em funções de alta substituíbilidade: por ausência de experiência e trajetória profissional consolidada, jovens tendem a ocupar exatamente as posições de entrada que os sistemas automatizados são projetados para substituir primeiro.

2. A ausência de reservas para suportar a transição: o ciclo de subsistência, descrito no segundo tópico desta fundamentação, deixa o jovem trabalhador sem capital financeiro, sem tempo disponível para requalificação e sem estabilidade cognitiva para aprendizagens que demandam horizontes de médio prazo.

Bhuvaneswari (2024) adiciona uma dimensão que raramente aparece nos debates sobre automação: a consciência sobre o risco não é distribuída de forma uniforme. Jovens em situação de maior vulnerabilidade, aqueles que mais precisam de tempo e recursos para se antecipar ao deslocamento, tendem a ter menos acesso às informações sobre o impacto da IA em suas ocupações específicas. A assimetria informacional, nesse sentido, não é acidente: ela aprofunda a desigualdade já produzida

pelo ciclo de subsistência, tornando os trabalhadores mais expostos também os menos preparados para reagir.

A literatura sobre o futuro do trabalho e automação divide-se entre duas posições que este trabalho precisa examinar, não para recusar uma em favor da outra, mas para identificar o que cada uma captura e o que cada uma deixa fora de seu campo de visão.

A primeira pode ser denominada como “resiliência técnica”, que sustenta que a IA não elimina trabalho, mas o redistribui. Singh (2025) e Ersanlı et al. (2025) argumentam que as competências que resistem à automação são identificáveis e, em princípio, desenvolvíveis: adaptabilidade situacional, criatividade não-linear, inteligência emocional, capacidade de colaboração humano-máquina, pensamento crítico em contextos de ambiguidade. A conclusão operativa dessa visão é o *reskilling*, que é a requalificação do trabalhador para funções complementares à IA, em vez de substituíveis por ela. Ersanlı et al. (2025), em revisão sistemática de iniciativas globais, mostram que governos e empresas têm investido nessa direção: programas de formação acelerada, parcerias entre setor público e privado, plataformas de educação digital acessível.

A segunda entende que a resiliência deve ser estrutural. Essa parte de uma pergunta que a primeira raramente formula: quem tem condições reais de se requalificar? A crítica não é à validade das competências identificadas como relevantes, mas às condições materiais de acesso ao processo de desenvolvimento dessas competências. O jovem que vive no ciclo de subsistência não dispõe de tempo, uma vez que trabalha em múltiplas funções simultâneas para cobrir custos básicos, nem de recursos financeiros para pagar cursos e adquirir equipamentos. E, crucialmente, não dispõe da estabilidade cognitiva necessária para aprendizagens sustentadas: o esgotamento produzido pela autoexploração compromete exatamente as capacidades de foco, abstração e memória de longo prazo que o *reskilling* exige (Galvão et al., 2022).

Nesse ponto, a narrativa da resiliência técnica revela seu limite mais grave: ao propor a requalificação individual como solução, reproduz, em outro registro, a lógica fundamental da Sociedade do Desempenho. A mensagem implícita é a mesma: “você pode se reinventar; se não conseguir, é sua falha”. A responsabilidade por uma

adaptação que o sistema não estruturou para tornar universalmente possível é novamente transferida ao indivíduo mais vulnerável.

Este trabalho argumenta que as duas narrativas identificam dimensões reais e complementares do problema, que demandam abordagem integrada para produzir efeitos consistentes. A resiliência frente à automação por IA, para o jovem brasileiro em situação de vulnerabilidade estrutural, precisa operar simultaneamente nas dimensões técnica, econômica e psicopolítica, que se condicionam mutuamente conforme sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Dimensões da resiliência frente à automação por IA

Dimensão	Núcleo do Argumento	Condição de Insuficiência
Técnica	Desenvolvimento de competências não-automatizáveis a curto prazo: pensamento crítico contextualizado, comunicação interpessoal de alta qualidade, criatividade aplicada e gestão de relações humanas (Singh, 2025; Ersanlí et al., 2025)	Pressupõe condições iguais de acesso — hipótese que não se sustenta em contextos de desigualdade estrutural
Econômica	Remuneração mínima real compatível com o custo de vida, proteção social estendida a trabalhadores de plataforma, acesso universal à educação e à conectividade digital (Galvão et al., 2022)	Isolada, beneficia predominantemente quem já dispõe das condições mínimas de acesso, aprofundando a seleção em vez de ampliá-la
Psicopolítica	Reconhecimento, pelo sujeito, de que a pressão internalizada é estrutura de controle, não expressão de desejo próprio; recuperação de critérios próprios de avaliação da trajetória (Han, 2015; Alphin; Debrix, 2023)	Sem suporte técnico e econômico, converte-se em consciência sem condições de ação

Fonte: Elaborado pelo autor.

As três dimensões são mutuamente necessárias e nenhuma delas é suficiente isoladamente. A resiliência técnica sem a econômica é privilégio, a econômica sem a psicopolítica é adaptação sem autonomia, a psicopolítica sem a técnica e a econômica é consciência sem condições de ação. É a combinação das três que configura o que este trabalho denomina resiliência, uma condição que, para se tornar possível em escala, exige ao mesmo tempo a ação do Estado, a responsabilização das organizações e a capacidade crítica do sujeito de reconhecer, nomear e recusar os mecanismos que perpetuam sua vulnerabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza exploratória. A abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado: a relação entre estruturas subjetivas de controle — como a autoexploração e a internalização da pressão por desempenho — e condições objetivas de vulnerabilidade econômica não comporta mensuração estatística direta, exigindo interpretação teórica e análise contextual (Gil, 2008). Os dados quantitativos secundários incorporados ao estudo — provenientes de relatórios institucionais — cumprem função de contextualização empírica, não constituindo objeto de tratamento estatístico independente.

Os procedimentos de coleta e análise de dados combinam duas estratégias complementares — a revisão bibliográfica integrativa e a pesquisa documental —, articuladas segundo protocolo de análise documental sistemática orientado pelos quatro objetivos específicos do estudo .

A revisão bibliográfica integrativa orientou a construção da fundamentação teórica. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Google Scholar, Scopus e ResearchGate, complementadas por consulta direta a repositórios institucionais, como o portal de periódicos da CAPES e o acervo do IPEA. Os termos de busca foram definidos em português e inglês a partir dos conceitos centrais do estudo: "sociedade do desempenho", "autoexploração", "Byung-Chul Han", "precarização juventude brasileira", "trabalho de plataforma", "gestão algorítmica", "*performance society*", "*self-exploitation*", "*AI job displacement*" e "*algorithmic management*". Os critérios de seleção das fontes priorizaram: (a) relevância teórica para os conceitos centrais do estudo — sociedade do desempenho, autoexploração, precarização do trabalho e automação; (b) reconhecimento do autor ou obra no campo de referência; e (c) publicações em português, inglês e espanhol, sem restrição temporal para obras canônicas, e com preferência por publicações a partir de 2015 para literatura empírica e de gestão. A análise das fontes seguiu lógica de síntese interpretativa, articulando os referenciais teóricos em torno dos quatro objetivos específicos do estudo (Lakatos; Marconi, 2010).

A pesquisa documental complementou a revisão bibliográfica com a análise de relatórios institucionais de organizações nacionais e internacionais. Foram selecionados documentos que oferecem dados empíricos sobre o mercado de trabalho, a

saúde mental da população jovem e os impactos projetados da automação: o *Future of Jobs Report 2025*, do Fórum Econômico Mundial; os relatórios do McKinsey Global Institute sobre automação e força de trabalho; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE; e o Covitel 2023, conduzido pela Universidade Federal de Pelotas em parceria com a Vital Strategies. O critério de seleção desses documentos foi a representatividade institucional e a abrangência dos dados em relação ao recorte empírico do estudo: jovens brasileiros de 18 a 29 anos no mercado de trabalho contemporâneo. Como os documentos consultados cobrem períodos distintos, indo de 2017 a 2026, os dados referentes a um mesmo fenômeno foram comparados entre si antes de serem utilizados, de forma a identificar se as diferenças encontradas refletiam mudanças reais no período ou apenas variações metodológicas entre as fontes.

A articulação entre revisão bibliográfica e pesquisa documental configura, em conjunto, uma análise documental sistemática (Cellard, 2008; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009): os documentos não são consultados de modo pontual para ilustrar afirmações teóricas, mas constituem o corpus empírico a partir do qual se verificam, para cada objetivo específico, as categorias teóricas definidas na fundamentação. O protocolo de análise foi estruturado em torno de quatro eixos temáticos, conforme detalhado no Quadro 3

Quadro 3 - Matriz Analítica

Objetivo específico	Categoria Teórica	Indicadores / documentos analisados	Fontes principais
I — Identificar mecanismos de gestão que incentivam a autoexploração	Sujeito de desempenho; autoexploração; biopolítica neoliberal	Estruturas de metas; discursos de cultura organizacional; contratos de plataforma; gestão algorítmica	Han (2015, 2017); Dardot e Laval (2016); Zuboff (2019); Bayrakçı e Solmaz (2026); Konjen (2025)
II — Descrever o impacto do ciclo de subsistência na autonomia financeira	Ciclo de subsistência; precarização do trabalho; trabalhador "empresa de um"	Taxa de desemprego jovem (18–29 anos); informalidade; rendimento médio; adoecimento ocupacional	IBGE/PNAD Contínua (2024); ANAMT (2026); Galvão, Krein e Teixeira (2022); Antunes (2018)
III — Investigar motivações estratégicas das organizações na terceirização da	Terceirização da pressão; capitalismo de vigilância; automação seletiva	Projeções de automação por ocupação; relatórios estratégicos corporativos; dados de investimento em	WEF (2025); McKinsey Global Institute (2017); Simon (2025); Feijó

pressão		IA	& Peruchetti (2025)
IV — Projetar cenários de resiliência frente à IA	Resiliência psicopolítica; capital humano; política pública de trabalho e educação	Indicadores de escolaridade e qualificação profissional; programas de proteção social; percepção social sobre IA	OCDE (2024); ANBIMA & Datafolha (2025); Han (2015b); Alphin e Debrix (2023)

Fonte: elaborado pelo autor.

A operacionalização da matriz seguiu protocolo de três etapas: (a) para cada objetivo, foram identificadas as categorias teóricas centrais a partir da fundamentação, determinando quais conceitos precisariam de sustentação empírica; (b) os documentos institucionais foram então selecionados segundo sua capacidade de fornecer indicadores mensuráveis ou qualitativos para essas categorias; e (c) os dados extraídos foram submetidos à análise interpretativa à luz dos referenciais teóricos, com registro das convergências e divergências encontradas. Esse protocolo garante rastreabilidade entre os dados mobilizados na seção de resultados e os objetivos declarados na introdução.

Para apoio nas etapas de mapeamento e organização do referencial bibliográfico, o presente estudo utilizou ferramenta de assistência por inteligência artificial (Claude Code, desenvolvido pela Anthropic), empregada exclusivamente para estruturar a triagem de fontes e identificar lacunas na cobertura dos temas. A seleção final das referências, a análise interpretativa dos documentos, a construção dos argumentos e a redação do texto foram conduzidas integralmente pelo autor, em conformidade com os princípios de autoria acadêmica (ABNT NBR 6022:2018).

4 RESULTADOS

4.1 Autoexploração como produto de gestão

A análise desenvolvida na fundamentação teórica demonstrou que a sociedade do desempenho não produz o esgotamento como efeito colateral de uma organização do trabalho mal calibrada, mas como produto funcional de um modelo em que a pressão por resultados é sistematicamente transferida ao trabalhador e internalizada por ele como projeto de vida (Han, 2015b). O Objetivo I deste estudo — identificar os mecanismos de gestão que incentivam a autoexploração — exige,

portanto, verificar se essa hipótese se sustenta diante dos impactos observáveis sobre a força de trabalho brasileira.

Em levantamento da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), com base em dados oficiais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), registrou 534.904 afastamentos por transtornos mentais e comportamentais no Brasil ao longo de 2025 — volume 88% superior ao total registrado em 2023 (ANAMT, 2026). Os transtornos ansiosos responderam por 86% desses afastamentos, com crescimento de 92% no período. O custo financeiro traduz a escala do fenômeno: os benefícios pagos pelo INSS por esse grupo de causas totalizaram R\$ 954 milhões em 2025 (ANAMT, 2026). Esse dado articula-se com o Covitel 2023, que identificara 31,6% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil com diagnóstico de transtorno de ansiedade — o maior índice entre todos os grupos etários do país (Vital Strategies; UFPel, 2023).

A magnitude desses números reposiciona o esgotamento, demonstrando que não se trata de episódio individual. Um crescimento de 88% em afastamentos por transtornos mentais em dois anos é compatível com o argumento central da sociedade do desempenho (Han, 2015; Bayrakcı; Solmaz, 2026) de que esse modelo produz estruturalmente o cansaço que a sustenta — e não configura surto epidemiológico isolado, mas a curva esperada de um modelo de gestão que extrai produtividade mediante autoexploração sem oferecer proteção estrutural correspondente. Bayrakcı e Solmaz (2026) demonstram que a retórica da liberdade e do crescimento pessoal, que converte a compulsão de desempenho em projeto de vida, é o mecanismo que torna esses impactos invisíveis ao sujeito que os experimenta: o trabalhador exausto tende a interpretar seu estado como evidência de insuficiência pessoal, não como produto de um design organizacional deliberado.

Esse esgotamento sistematicamente produzido não permanece confinado ao plano da saúde mental: ele opera como elo central de um encadeamento de vulnerabilidades que comprometem, de forma estrutural, a capacidade do jovem trabalhador de construir autonomia financeira.

4.2 O ciclo de subsistência e a autonomia financeira

O segundo objetivo específico deste estudo consiste em descrever o impacto do ciclo de subsistência na autonomia financeira do jovem brasileiro. A fundamentação teórica identificou esse ciclo como encadeamento de três condições que se reforçam mutuamente: remuneração insuficiente frente ao custo de vida, esgotamento que induz ao consumo compensatório e ausência de poupança que perpetua a dependência do trabalho imediato (Han, 2015; Meliakova et al., 2021). Os dados disponíveis permitem examinar cada um desses elos com evidências empíricas atualizadas.

O elo inicial do ciclo — a inserção precária no mercado de trabalho — é atestado pelos dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A taxa de desocupação entre jovens de 15 a 29 anos atingiu 14,2% no primeiro trimestre de 2024, ainda superior ao dobro da taxa registrada na população adulta de 30 a 59 anos no mesmo período (IBGE, 2024). Esse dado, embora reflita melhora em relação aos 25,8% documentados por Galvão, Krein e Teixeira (2022) para a faixa de 18 a 29 anos em período anterior à recuperação pós-pandêmica, não reverte a precariedade estrutural dos vínculos: a taxa de informalidade entre jovens de 18 a 29 anos situou-se em 38,5% no quarto trimestre de 2024, com concentração mais severa nas regiões periféricas — no Nordeste, aproximadamente 60% dos jovens de 18 a 24 anos atuam na informalidade e a taxa de desemprego do grupo supera 20% (Feijó & Peruchetti, 2025). A melhora nos indicadores de desocupação, portanto, não traduz avanço na qualidade dos vínculos: documenta a incorporação ao trabalho informal de contingente que antes figurava como desempregado.

O fenômeno dos NEET (ou “nem-nem”) expressa a camada mais severa desse quadro. Em 2024, 18,5% dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos encontravam-se nessa condição, redução marginal em relação aos 19,8% registrados em 2023 (IBGE, 2024). A comparação internacional revela a profundidade estrutural do problema: o relatório *Education at a Glance 2024*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que 24% dos jovens brasileiros de 25 a 34 anos se encontram em situação NEET, contra 14% de média entre os países membros da organização (OCDE, 2024). Como Shirasu e Arraes (2019) demonstraram, essa condição não expressa inércia: expressa o cálculo racional de sujeitos para quem os retornos esperados da inserção no mercado formal não compensam os custos de oportunidade em contextos de extrema vulnerabilidade.

O segundo elo — o esgotamento que induz ao consumo compensatório — remete aos indicadores apresentados anteriormente: os 534.904 afastamentos por transtornos mentais em 2025 e os 31,6% de jovens com diagnóstico de ansiedade (ANAMT, 2026; VITAL STRATEGIES; UFPel, 2023) expressam o custo psíquico de uma inserção laboral estruturalmente precária. Meliakova et al. (2021) demonstram que esse esgotamento não neutraliza o consumo, o redireciona para funções compensatórias: o sujeito exausto busca no consumo o alívio para a demanda incessante de performance, o que compromete qualquer possibilidade de acumulação mesmo quando a renda imediata seria suficiente para gerá-la.

O terceiro elo do ciclo — a impossibilidade de acumulação — é quantificável com precisão. Levantamento conduzido pela ANBIMA com execução do Instituto de Pesquisas Datafolha indica que apenas 17% dos jovens da Geração Z (16 a 29 anos) declaram possuir alguma forma de poupança constituída (ANBIMA & Datafolha, 2025). Nove em cada dez jovens brasileiros não realizam qualquer aporte para a aposentadoria; 66% afirmam que pretendem iniciar uma reserva financeira, mas não dispõem de condições materiais para fazê-lo no momento presente (ANBIMA & Datafolha, 2025). Esses números materializam o que a análise teórica descreveu como consequência previsível do ciclo: a ausência de poupança não é resultado de má gestão individual, mas de uma estrutura que consome integralmente a capacidade produtiva do jovem sem gerar acumulação. Nazzari e Silva (2023) demonstram que mesmo entre jovens formalmente empregados essa equação permanece: salários insuficientes para cobrir necessidades básicas como moradia, transporte e alimentação, deixam margem zero para qualquer forma de poupança ou investimento em qualificação.

Esses dados mostram que o ciclo de subsistência não é fenômeno residual ou transitório: é condição estruturalmente reproduzida que atinge a maioria dos jovens brasileiros, independentemente de esforço individual.

4.3 A terceirização da pressão nas organizações

O Objetivo III deste estudo propõe-se a investigar as motivações estratégicas das organizações na terceirização da pressão ao trabalhador. A

fundamentação teórica identificou esse processo como racionalidade organizacional, fundada na lógica do *shareholder value* e aperfeiçoada pela gestão algorítmica das plataformas digitais (Ezzamel; Willmott; Worthington, 2008; Zuboff, 2019). Os dados disponíveis permitem dimensionar a escala em que esse modelo se instala no Brasil contemporâneo.

A gestão algorítmica não constitui fenômeno marginal na economia brasileira: é uma forma de organização do trabalho em expansão acelerada. Dados da PNAD Contínua registram 1,7 milhão de pessoas que exercem trabalho principal por meio de plataformas digitais no país, crescimento de 25,4% em relação a 2022, quando o contingente era de 1,3 milhão (IBGE, 2024). Desse total, 58,3% atuam em aplicativos de transporte, 29,3% em aplicativos de entrega e 7,8% em plataformas de serviços gerais (IBGE, 2024). A estrutura dos vínculos revela a lógica subjacente: 86,1% desses trabalhadores são classificados como conta própria, sem relação de emprego formal, e 70,1% operam na informalidade, sem acesso a proteção previdenciária ou trabalhista (IBGE, 2024).

A combinação de autonomia nominal com ausência de proteção formal é o arranjo que Armano, Leonardi e Murgia (2022) denominaram neo-taylorismo digital: o controle é exercido pelo algoritmo, enquanto o discurso da parceria e do empreendedorismo mantém o trabalhador responsável por seus próprios riscos e custos. Konjen (2025) sistematiza a consequência: a gestão algorítmica reduz simultaneamente a autonomia real e a transparência decisória, ao mesmo tempo em que intensifica a carga subjetiva sobre o trabalhador. O crescimento de 25,4% em dois anos documenta que esse modelo não é efeito colateral da digitalização — é estratégia de redução de custos de supervisão e de transferência de risco que se expande deliberadamente porque é economicamente eficiente para as organizações que o adotam (Pérez-Zapata; Pascual, 2016). Para o jovem brasileiro que já opera no ciclo de subsistência, a plataformização representa não uma oportunidade de autonomia, mas a extensão do mesmo encadeamento de vulnerabilidades descrito na subseção anterior, agora revestido de linguagem empreendedora.

É sobre esse conjunto de vulnerabilidades acumuladas (esgotamento sistêmico, ausência de reservas e inserção em vínculos de proteção precária) que os impactos da automação por Inteligência Artificial incidem com maior severidade.

4.4 Resiliência frente à Inteligência Artificial

O quarto objetivo específico deste estudo consiste em projetar cenários de resiliência frente à IA. A fundamentação teórica demonstrou que a resiliência necessária não é apenas técnica — exige abordagem integrada nas dimensões técnica, econômica e psicopolítica —, e que a narrativa dominante do *reskilling* reproduz, em outro registro, a lógica da sociedade do desempenho ao transferir ao indivíduo a responsabilidade por uma adaptação que o sistema não estruturou para tornar universalmente possível (Han, 2015; Singh, 2025). Os dados disponíveis permitem dimensionar tanto a escala do desafio quanto os limites da resposta individual.

O *Future of Jobs Report 2025*, do Fórum Econômico Mundial, projeta que 92 milhões de postos de trabalho serão eliminados globalmente até 2030, enquanto 170 milhões serão criados — saldo líquido positivo de 78 milhões (WEF, 2025). Esse dado demanda cautela interpretativa: a criação de novos postos não implica acessibilidade universal a eles. O relatório indica que 40% dos empregadores consultados esperam reduzir sua força de trabalho nas funções em que a IA seja capaz de automatizar tarefas, e que 39% das competências exigidas pelo mercado precisarão mudar até 2030 (WEF, 2025). Para o jovem trabalhador sem reservas e sem condições estruturais de requalificação imediata, o saldo líquido global não é operacionalizável: o que importa é o impacto sobre as funções específicas que ele ocupa hoje — as de entrada, de baixa e média complexidade cognitiva, que concentram o risco de substituição tecnológica.

A hipótese de que a automação por IA incide prioritariamente sobre funções de entrada encontra evidência empírica em análise da Revelio Labs que registrou queda de 35% no total de vagas para trabalhadores com menos de um ano de experiência pós-graduação entre janeiro de 2023 e junho de 2025, com IA identificada como fator contribuinte primário para funções de alta exposição ao processo de automação (Simon, 2025). No plano subjetivo, 49% dos jovens da Geração Z que buscam emprego afirmam acreditar que a IA reduziu o valor de sua formação no mercado de trabalho (WEF, 2025) — percepção que, independentemente de sua acurácia empírica, produz efeitos reais sobre as decisões de qualificação e sobre a confiança na inserção profissional.

5 CONCLUSÃO

O argumento que articula os quatro objetivos deste estudo converge em uma constatação central: a narrativa dominante sobre resiliência frente à automação pressupõe que o trabalhador deslocado dispõe de tempo, recursos e capacidade cognitiva para requalificar-se. Para o jovem brasileiro que opera no ciclo de subsistência, essa premissa é estruturalmente falsa. O esgotamento produzido pela autoexploração — documentado nos dados de afastamento (ANAMT, 2026) e nos índices de ansiedade (Vital Strategies; UFPel, 2023) — compromete exatamente as capacidades que o reskilling exige: foco sustentado, abstração, memória de trabalho e aprendizagem em horizontes de médio prazo (Han, 2015; Meliakova et al., 2021). A ausência de reserva financeira, que atinge 83% da Geração Z brasileira (ANBIMA & Datafolha, 2025), elimina a possibilidade de interrupção remunerada do trabalho para qualificação.

Os resultados nas quatro dimensões examinadas consolidam o argumento central deste estudo: a autoexploração, o ciclo de subsistência, a terceirização da pressão e a exposição desigual à automação não são fenômenos paralelos — são elos de um mesmo encadeamento estrutural. A sociedade do desempenho não apenas produz o sujeito que trabalha demais e poupa de menos; ela produz as condições que tornam a ruptura desse ciclo individualmente impossível para a maior parte dos jovens brasileiros.

O presente estudo propôs-se a analisar a relação entre o modelo de autoexploração característico da sociedade do desempenho e a manutenção da dependência financeira do jovem profissional brasileiro, projetando os riscos de exclusão decorrentes da automação por Inteligência Artificial. A análise desenvolvida nas seções anteriores permite formular respostas articuladas a cada um dos quatro objetivos específicos estabelecidos e extrair implicações para políticas públicas, práticas organizacionais e agenda de pesquisa.

O primeiro objetivo — identificar os mecanismos de gestão que incentivam a autoexploração — encontra resposta convergente na articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos examinados. A transição da sociedade disciplinar para a

sociedade do desempenho, descrita por Han (2015), implica deslocamento do controle: da coerção externa para a autocobrança internalizada. Os dados de afastamento do trabalho analisados — 534.904 casos por transtornos mentais em 2025, crescimento de 88% em dois anos — confirmam que esse mecanismo não é construção teórica abstrata, mas processo com impactos mensuráveis em escala sistêmica (ANAMT, 2026). A retórica da liberdade individual, institucionalizada por sistemas de gestão por resultados, é o mecanismo pelo qual a exploração se torna invisível ao sujeito (Bayrakçı Solmaz, 2026) — argumento que o Covitel 2023 traduz em dado concreto: 31,6% dos jovens de 18 a 24 anos com diagnóstico de ansiedade, o maior índice entre todos os grupos etários do país. Os modelos de gestão contemporâneos não apenas aproveitam essa disposição: a produzem sistematicamente, porque é economicamente eficiente (Ezzamel; Willmott; Worthington, 2008). A hipótese do Objetivo I — de que o sujeito de desempenho não percebe a exploração porque ela se apresenta como liberdade — é confirmada tanto pelo referencial teórico quanto pelos índices de esgotamento que a força de trabalho brasileira registrou no período analisado.

O segundo objetivo — descrever o impacto do ciclo de subsistência na autonomia financeira — é onde a análise psicossocial e a análise econômica se articulam com maior precisão. A taxa de desocupação de 14,2% entre jovens de 15 a 29 anos, ainda superior ao dobro da taxa adulta, combinada com 38,5% de informalidade e apenas 17% de jovens com poupança constituída (ANBIMA & Datafolha, 2025), materializa a consequência previsível da autoexploração descrita neste estudo (Han, 2015; Meliakova et al., 2021): o sujeito que emprega toda a capacidade produtiva para manter a subsistência não produz acumulação. Os três elos do ciclo têm sustentação empírica: o elo inicial é documentado pelos indicadores de precariedade estrutural dos vínculos; o elo intermediário, pelo esgotamento sistematicamente produzido e pelos mecanismos de consumo compensatório que Han (2015) descreve; e o elo final, pela ausência de poupança que atinge 83% da Geração Z brasileira. A hipótese do Objetivo II — de que a dependência financeira não é estado transitório, mas condição estruturalmente reproduzida — é confirmada: os dados não revelam uma geração em processo de ascensão, mas uma geração estruturalmente impedida de acumular pelo mesmo modelo que lhe exige desempenho máximo.

O terceiro objetivo — investigar as motivações estratégicas das organizações na terceirização da pressão — demonstra que o arranjo analisado não é

produto de transformação tecnológica autônoma nem de cultura difusa: é estratégia organizacional com racionalidade econômica precisa. O crescimento de 25,4% no contingente de trabalhadores de plataforma entre 2022 e 2024, com 86,1% classificados como conta própria e 70,1% na informalidade (IBGE, 2024), documenta a expansão deliberada de um modelo que reduz custos de supervisão ao transferir riscos, direitos e responsabilidades ao trabalhador. A denominação de "parceiro" e "empreendedor", em vez de empregado, não é apenas terminologia: é o mecanismo discursivo que, combinado com a gestão algorítmica opaca descrita por Konjen (2025) e Zuboff (2019), reproduz, em escala digital, a dinâmica central da autoexploração (Han, 2015; Bayrakçı; Solmaz, 2026). Os dados de expansão do trabalho de plataforma, lidos à luz do paradoxo da autonomia descrito por Pérez-Zapata e Pascual (2016), mostram que a terceirização da pressão é estratégia que se amplia porque é funcional para as organizações que a adotam, enquanto os custos previdenciários, de saúde pública e de coesão social, são externalizados para o Estado e para o trabalhador.

O quarto objetivo — projetar cenários de resiliência frente à IA — é onde os resultados produzem implicação mais direta para a ação. A projeção do WEF (2025) de saldo líquido positivo de 78 milhões de novos postos globais não contempla o impacto sobre as funções de entrada que os jovens brasileiros sem experiência consolidada ocupam hoje — as de baixa e média complexidade cognitiva que concentram o risco de substituição. A queda de 35% nas vagas para trabalhadores com menos de um ano de experiência no período 2023–2025, com IA identificada como fator contribuinte primário (Simon, 2025), fornece evidência empírica de que o deslocamento não é projeção futura: já está em curso nas funções de entrada. O argumento central que este estudo sustenta em relação ao Objetivo IV é que a narrativa dominante do *reskilling* individual é insuficiente não por ser equivocada na identificação de competências relevantes, mas por pressupor condições que o ciclo de subsistência sistematicamente elimina: tempo, recursos e estabilidade cognitiva para aprendizagens de médio prazo. Ao fazê-lo, essa narrativa reproduz, em outro registro, a lógica fundamental da sociedade do desempenho: transfere ao indivíduo mais vulnerável a responsabilidade por uma adaptação que o sistema não estruturou para tornar universalmente possível.

A resiliência adequada ao problema diagnosticado opera nas três dimensões identificadas na fundamentação teórica e confirmadas pelos resultados. A dimensão técnica, definida pelo desenvolvimento de competências não-automatizáveis a curto

prazo como pensamento crítico contextualizado, comunicação interpessoal de alta qualidade e gestão de relações humanas, constitui condição necessária, mas insuficiente isoladamente (Singh, 2025). Sem a dimensão econômica que lhe oferece suporte, compreendendo remuneração mínima real compatível com o custo de vida, proteção social estendida a trabalhadores de plataforma e acesso universal à educação e à conectividade digital, a requalificação técnica beneficiará apenas aqueles que já dispõem de meios para acessá-la, aprofundando a seleção em vez de ampliar o acesso (Galvão et al., 2022). A terceira dimensão é a psicopolítica. Alphin e Debrix (2023), a partir de Han (2015), argumentam que a ruptura do ciclo de dependência exige que o sujeito reconheça a pressão internalizada como estrutura de controle, não como expressão de desejo próprio. Sem essa consciência, as dimensões técnica e econômica permanecem instrumentos de adaptação a um sistema cujos fundamentos não são questionados.

No plano das implicações para políticas públicas, os resultados apontam três conjuntos prioritários de intervenção. A regulação do trabalho de plataforma é o ponto de partida: a expansão do modelo (crescimento de 25,4% em dois anos) sem contrapartidas de proteção previdenciária e trabalhista aprofunda o desamparo estrutural documentado nos dados. A extensão de cobertura previdenciária, seguro-desemprego e acesso a serviços de saúde a trabalhadores de plataforma constitui condição para que a transição tecnológica não produza uma geração sem qualquer colchão de proteção. O acesso à qualificação forma o segundo conjunto de prioridades: programas de formação desenhados para trabalhadores em situação de vulnerabilidade, com suporte de renda durante o período, modalidade compatível com jornadas precárias e certificação reconhecida pelo mercado, configuram a condição material da resiliência técnica. A saúde mental no trabalho completa o quadro: os R\$ 954 milhões pagos em benefícios previdenciários por transtornos mentais em 2025 (ANAMT, 2026) não representam apenas sofrimento individual, representam ineficiência sistêmica que interpela diretamente o interesse público e a capacidade produtiva do país.

Para as organizações, os resultados sugerem que a lógica de transferência de pressão ao trabalhador, embora eficiente a curto prazo, produz custos cuja magnitude tende a superar os ganhos no horizonte de médio prazo. O crescimento de 88% nos afastamentos por transtornos mentais incide sobre produtividade, rotatividade e imagem organizacional. A adoção de métricas que incluam indicadores de esgotamento,

absenteísmo e engajamento real (e não apenas produtividade imediata) constitui instrumento de diagnóstico de modelos cujos custos diferidos são substanciais. Num mercado em que a IA redistribuirá funções de forma acelerada, a retenção de trabalhadores com capacidade de colaboração humano-máquina dependerá, em medida crescente, de organizações que não tenham esgotado sistematicamente essa capacidade nos anos anteriores.

O presente estudo apresenta limitações que devem orientar a interpretação dos resultados. A natureza qualitativa da pesquisa e a ausência de dados primários impedem a verificação direta das relações causais postuladas: o ciclo de subsistência é descrito como encadeamento estrutural com base em evidências convergentes, mas não é testado por metodologia de causalidade estrita. Os dados secundários empregados provêm de fontes com períodos de referência distintos, o que introduz desafios de comparabilidade temporal. O recorte nacional não captura as heterogeneidades regionais que os dados de Feijó e Peruchetti (2025) indicam como significativas: as condições do jovem no Nordeste, onde a taxa de desemprego do grupo supera 20% e a informalidade alcança 60%, diferem substancialmente das registradas em outras regiões do país. Estudos futuros que combinem dados primários, por meio de entrevistas em profundidade com jovens em situação de ciclo de subsistência, com análise longitudinal dos indicadores de autonomia financeira poderão verificar com maior precisão os mecanismos causais identificados neste estudo e distinguir os fatores de heterogeneidade regional que a abordagem nacional necessariamente suaviza.

O argumento central deste estudo pode ser sintetizado da seguinte forma: a sociedade do desempenho não produz apenas trabalhadores exaustos. Produz as condições que tornam o esgotamento estruturalmente necessário ao próprio funcionamento do modelo e que, ao mesmo tempo, impedem que o sujeito mais afetado por esse modelo disponha dos recursos cognitivos, econômicos e temporais para reconhecê-lo e recusá-lo. Para o jovem brasileiro de 18 a 29 anos operando no ciclo de subsistência em um mercado em rápida transformação tecnológica, essa condição configura uma armadilha de dupla exclusão: é o mais exposto à substituição tecnológica e, simultaneamente, aquele com menor capacidade estrutural de responder a ela. A ruptura dessa armadilha não é realizável pela iniciativa individual isolada. Exige, de forma conjunta, a ação do Estado na estruturação das condições materiais de acesso à resiliência, a responsabilização das organizações pelos custos que seus modelos de

gestão transferem ao trabalhador e ao Estado, e a capacidade crítica do sujeito de reconhecer, nomear e recusar os mecanismos que perpetuam sua dependência. Sem a convergência dessas três frentes, a narrativa do *reskilling* continuará a oferecer, para quem não dispõe de condições de acessá-la, o mesmo enunciado fundamental que a sociedade do desempenho sempre produziu: a promessa individual de escapar de uma condição estruturalmente produzida para não ter escapatória.

REFERÊNCIAS

Alphin, C., & Debrix, F. (2023). Biopolitics in the 'psychic realm': Han, Foucault and neoliberal psychopolitics. *Theory & Event*, 24 (4).

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/01914537211033011>

Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, & Instituto de Pesquisas Datafolha. (2025). Raio X do Investidor Brasileiro: 8ª edição. ANBIMA.

<https://www.anbima.com.br/data/files/AB/A3/C2/A8/88C76910FCADB769B82BA2A8/Raio-X-do-Investidor-Brasileiro-8-edicao.pdf>

Armano, E., Leonardi, D., & Murgia, A. (2022). Algorithmic management in food delivery platforms: Between digital neo-Taylorism and enhanced subjectivity. In E. Armano, M. Briziarelli, & E. Risi (Eds.), *Digital platforms and algorithmic subjectivities* (pp. 87–96). University of Westminster Press.

Associação Nacional de Medicina do Trabalho. (2026). Levantamento da ANAMT revela crescimento de afastamentos por problemas de saúde mental. ANAMT.

<https://www.anamt.org.br/portal/2026/01/27/levantamento-anamt-com-dados-oficiais-do-ins-s-revela-crescimento-dos-afastamentos-decorrentes-de-problemas-de-saude-mental-entre-2023-e-2025/>

Bayrakçı, O., & Solmaz, E. (2026). Neoliberalism and the illusion of freedom: An evaluation through Byung Chul Han. *Gaziantep University Journal of Social Sciences*, 25(1), 209–220.

<https://doi.org/10.21547/jss.1662290>

Bhuvaneswari, L. (2024). The future of work: Automation, artificial intelligence (AI) and job displacement. ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/385449041>

Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, & A. P. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Vozes.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Ersanli, C. Y., Celik, F., Barjesteh, H., & Duran, V. (2025). A review of global reskilling and upskilling initiatives in the age of AI. *AI and Ethics*, 5(6), 5719–5728.

<https://doi.org/10.1007/s43681-025-00767-9>

Ezzamel, M., Willmott, H., & Worthington, F. (2008). Manufacturing shareholder value: The role of accounting in organizational transformation. *Accounting, Organizations and Society*, 33(2–3), 107–140.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.

Feijó, J., & Peruchetti, P. (2025). Jovens no mercado de trabalho. Blog do IBRE, FGV.

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/jovens-no-mercado-de-trabalho>

Galvão, A., Krein, J. D., & Teixeira, M. (2022). Precarious work and possibilities of union resistance in Brazil. In R. Rego & H. A. Costa (Eds.), *The representation of workers in the digital era: Organizing a heterogeneous workforce* (pp. 15–36). Palgrave Macmillan.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.

Han, B.-C. (2015a). *Psicopolítica. Relógio D'Água*.

Han, B.-C. (2015b). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço* (2nd ed., expanded). Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Mercado de trabalho. IBGE.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>

Kaplan, İ. (2025). Self-exploitation, transparency, and control: Byung-Chul Han's perspective on social media. *Erciyes İletişim*, 12(2).

<https://dergipark.org.tr/en/pub/erciyesiletisim/article/1631151>

Kergel, D. (2022). From the Fordist self to the entrepreneurial self: Self-management in times of digitization. In D. Kergel, B. Heidkamp-Kergel, H. Nørreklit, & M. Paulsen (Eds.), *Agile learning and management in a digital age: Dialogic leadership*. Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9781003188728-14>

Khan, A., Shad, F., Sethi, S., & Bibi, M. (2024). The impact of artificial intelligence (AI) on job displacement and the future work. *Social Science Review Archives*, 2(2), 2296–2306.

<https://policyjournalofms.com/index.php/6/article/view/509>

Konjen, H. (2025). Algorithmic management and the future of human work: Implications for autonomy, collaboration, and innovation. arXiv. <http://arxiv.org/abs/2511.14231v1>

Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2010). Fundamentos de metodologia científica (7th ed.). Atlas.

Marques, A. P. P. (2020). Na fronteira do mercado de emprego: Jovens, trabalho e cidadania. *Tempo Social*, 32(3). <https://www.scielo.br/j/tes/a/WXtNmqr4knSVDft5LcxXG6q/>

McKinsey Global Institute. (2017). Jobs lost, jobs gained: Workforce transitions in a time of automation. McKinsey & Company. <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/jobs-lost-jobs-gained-what-the-future-of-work-will-mean-for-jobs-skills-and-wages>

Meliakova, I. Y., Kovalenko, I. I., Kalnytskyi, E. A., & Kovalenko, H. (2021). Performativity and self-exploitation: Body significance in late capitalist era. *Cogito: Multidisciplinary Research Journal*, (4), 7–29. <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=1035046>

Moradi, P., Levy, K., & Cheyre, C. (2024). Pseudo-automation: How labor-offsetting technologies reconfigure roles and relationships in frontline retail work. *arXiv*. <http://arxiv.org/abs/2410.02888v4>

Nazzari, R. K., & Silva, M. R. R. da. (2023). O mercado de trabalho dos jovens no Brasil: As condições de emprego e desemprego do jovem brasileiro. *Debates*, 17(1). <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/132298>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2024). Education at a glance 2024: OECD indicators. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>

Pérez-Zapata, O., & Pascual, A. S. (2016). Knowledge work intensification and self-management: The autonomy paradox. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 10(2).

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1). <https://doi.org/10.63595/rbhcs.v1i1.10351>

Shirasu, M. R., & Arraes, R. A. (2019). Decisão dos jovens brasileiros: Trabalhar e/ou estudar ou nem-nem. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 49(1). <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1947>

Simon, L. K. (2025). Is AI responsible for the rise in entry-level unemployment? Revelio Labs. <https://www.reveliolabs.com/news/macro/is-ai-responsible-for-the-rise-in-entry-level-unemployment/>

Singh, S. (2025). AI and the future of work: Redefining skills, jobs, and human potential. Next-gen machine learning algorithms for adaptive intelligence. Book Rivers <https://www.researchgate.net/publication/395408036>

Vital Strategies, & Universidade Federal de Pelotas. (2023). Covitel 2023: Inquérito telefônico sobre fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em tempos de pandemia. UFPel; Vital Strategies. https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2024/08/30/relatorio_covitel_2023.pdf

World Economic Forum. (2025). Future of jobs report 2025. WEF.

<https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2025/>

Zuboff, S. (2019). Surveillance capitalism and the challenge of collective action. *New Labor Forum*, 28(1), 10–29. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1095796018819461>